



IX ANPED SUL
SEMINÁRIO DE PESQUISA EM
EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL 2012

A “PARTICIPAÇÃO” DA COMUNIDADE ACADÊMICA NA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: O CASO DA UFPE NO CONTEXTO DO SINAES

Assis Leão Silva – UFPE/IFPE
Agência financiadora: CAPES

Resumo: O trabalho trata das perspectivas de participação da comunidade acadêmica no processo de auto-avaliação institucional numa Instituição Federal de Educação Superior (IFES), no contexto do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Os dados foram obtidos por meio de entrevistas, dos documentos da IFES e da legislação do SINAES. Para o tratamento dos dados, foi empregada a análise de conteúdo. Parte-se do pressuposto de que o SINAES avança quando adota diversificados processos avaliativos, articulados a uma perspectiva sistêmica, e incentiva a participação da comunidade acadêmica. Conclui-se que as tensões desveladas no espaço institucional acabam por evidenciar dificuldades para a materialização da participação no processo de auto-avaliação, na lógica da organização acadêmica e na construção da identidade da IFES; expressando mais as assunções normativas do economicismo, baseadas nos princípios do mercado e do Estado, do que as perspectivas de participação, baseada nos princípios da comunidade.

Palavras Chaves: SINAES, Avaliação Participativa, Avaliação institucional, CPA, Universidade Federal.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo tem por objetivo apresentar as primeiras aproximações acerca de um estudo de caso, que vem sendo realizado sobre as perspectivas de participação da comunidade acadêmica no processo de auto-avaliação institucional, desenvolvido em uma Instituição Federal de Educação Superior (IFES), no contexto do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). O trabalho realiza uma descrição crítico-analítico das perspectivas e dos meios de participação da comunidade acadêmica, na operacionalização da auto-avaliação institucional realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA). E, também, busca subsidiar um entendimento mais amplo acerca da categoria teórico-conceitual da “avaliação institucional”, sob o prisma dos pressupostos teóricos da “Avaliação Participativa” (LEITE, 2005).

Segundo Moraes (2004), a crise do regime de acumulação do capital nos anos de 1970 desencadeou novas demandas sociais postas pela sociedade, desenvolvendo pressões por transparência e agilidade na execução orçamentária e melhoria na qualidade da atuação do Estado, no trato das questões sociais e econômicas. Reformas do aparelho do Estado ocorreram nos países centrais e mais tardiamente nos países periféricos do sistema capitalista,

sob a égide do discurso neoliberal, no sentido de não apenas atenuar a crise, mas de redimensionar os anseios de diversos setores da sociedade civil, para a construção de uma nova perspectiva de sociedade amparada nos princípios do mercado.

As reformas do aparelho do Estado, neste cenário, trouxeram mudanças nas políticas sociais, em especial as educacionais, provocando a emergência de instrumentos avaliativos em torno das atividades educacionais (AFONSO, 2005). No setor da educação superior, a avaliação, também, adquiriu importância central, com o objetivo de alcançar maior competitividade internacional, norteando políticas públicas indutoras de transformações neste nível educativo (DIAS SOBRINHO, 2003). Analisando este fenômeno em seu aspecto geral, Ball (2001) afirma que “a educação está, cada vez mais, sujeita às prescrições e assunções normativas do economicismo [...]”, ou seja, “servem e simbolizam o aumento da colonização das políticas educativas pelos imperativos das políticas econômicas” (p.100), num contexto marcado pela perda da autonomia econômica e política do Estado-nação.¹

Dias Sobrinho (2003) argumenta que a educação superior, tem sido visualizada pelo Estado como essencial para o desenvolvimento da sociedade e como resposta aos desafios e problemas nacionais, constituindo-se como um instrumento de política nacional. Também observa que estes aspectos, propiciaram o aparecimento de novas faces da avaliação, a avaliação institucional e de sistemas, onde esta é intimada a comprovar os resultados das políticas oficiais, em especial, no campo educacional.

Neste cenário, a avaliação institucional passou a ser parte essencial das agendas e estratégias governamentais. Mas, também, passou a si constituir como esfera de negociação, na maioria das vezes tensa, entre os interesses da comunidade acadêmica e os interesses governamentais e os interesses do mercado; a exemplo, o caso brasileiro, como aponta Ristoff (2000), em relação à experiência brasileira em torno dos “contextos de influência”, “contexto da produção de textos políticos” de propostas da avaliação da educação superior materializadas nos anos de 1980, PARU e GERES², e nos anos de 1990, acrescido o “contexto da prática”, na política nacional de avaliação da educação superior, materializadas

¹ Aprofundando a análise, Ball (2001) ressalta que, a criação das políticas nacionais é, inevitavelmente, um processo de “bricolagem”; um constante processo de empréstimo e cópia de fragmentos e partes de idéias de outros contextos, de uso e melhoria das abordagens locais já tentadas e testadas, de teorias canibalizadoras, de investigação, de adoção de tendências e modas e, por vezes, de investimento em tudo aquilo que possa vir a funcionar. A maior parte das políticas são frágeis, produto de acordos, algo que pode ou não funcionar; elas são retrabalhadas, aperfeiçoadas, ensaiadas, crivadas de nuances e moduladas através de complexos processos de **influência, produção e disseminação de textos** e, [...] recriadas nos **contextos da prática**. (p.102, grifos nosso).

² Programa de Avaliação da Reforma Universitária e Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior.

no PAIUB e no ENC³; e como, também, aponta Rothen (2006), Leite (2008), Zainko (2008), em relação ao SINAES; resultando na avaliação institucional, como instrumento avaliativo, muito defendido, criticado, desvirtuado e pouco compreendido no “contexto da prática”, mas hegemônico no discurso dos fazedores no contexto de “influência” e de “produção de textos políticos” da política educacional.

No sentido de construir um constructo teórico, que possibilite a compreensão da esfera de negociação, a literatura acadêmica tem desenvolvido uma possibilidade de análise teórica, amparada na categoria analítica da “avaliação participativa”, baseada em princípios de democracia forte (LEITE, 2005). No entanto, este tipo de análise não tem sido um tema recorrente das pesquisas do campo, sendo até atenuado, relegando o potencial da avaliação, como canalizador de distintas formas de poder nos espaços em que são realizadas (AFONSO, 2005); e como determinante de conceitos de participação, em processos propositivos de avaliação emancipatória de projetos sociais, na reformulação de currículos e na caracterização de procedimentos democráticos de avaliação institucional na educação superior (ES).

Diante do exposto, através destas considerações iniciais, indagamos: como vem sendo caracterizada e desenvolvida a participação da comunidade acadêmica, no “contexto da prática”, no processo de auto-avaliação institucional realizado pelas IES, no SINAES? A participação da comunidade acadêmica tem realizado modificações substantivas na qualidade dos serviços educacionais prestados à sociedade, bem como na lógica de organização das dimensões acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão) e na construção da identidade das IES? Essa participação da comunidade acadêmica, neste processo avaliativo, aproxima-se mais dos constructos teóricos da “avaliação participativa”, baseada em princípios de democracia forte, ou expressam “as prescrições e assunções normativas do economicismo”?

O estudo das questões pertinentes a esse processo se faz necessário, entre outros motivos, pelas contribuições que pode suscitar para o conhecimento sobre a avaliação da educação superior brasileira; destacando-se, o alcance em que a cultura de avaliação se constituiu como prática instituinte e instituída nas IES; as diferenças que as categorias administrativas e sua organização acadêmica introduzem nesse processo. Apropriando-se de Polidori, Fonseca e Larrosa (2007), esta pesquisa parte do pressuposto de que o SINAES avança quando adota diversificados processos avaliativos, articulados a uma perspectiva sistêmica, e de que o seu sucesso reside na dinâmica de participação da comunidade acadêmica, ancorada na qualidade social (DEMO, 2002). Contudo, existem muitos dilemas no

³ Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras e o Exame Nacional de Cursos.

tocante a natureza desta participação na operacionalização do processo de auto-avaliação institucional realizado nas IES.

O texto está estruturado na primeira parte, a apresentar as considerações iniciais do trabalho; na segunda, a delinear alguns elementos das referências conceituais adotadas no trabalho. Na terceira, apresentam-se os procedimentos metodológicos; na quarta, trata-se da análise dos dados da pesquisa, realizando uma discussão dos resultados alcançados até o presente momento, no tocante a participação da comunidade acadêmica, no processo de auto-avaliação institucional; na última parte, discorreremos acerca das considerações finais.

2 REFERÊNCIAS CONCEITUAIS

Nesta seção, apropriando-nos de Santos (2003) revisitamos as relações entre os conceitos de subjetividade, cidadania e emancipação, elementos importantes na constituição dos mecanismos de participação, desenvolvidos na modernidade. O autor analisa esses conceitos, a partir de três princípios: o princípio do Estado; do mercado e o da comunidade; para apresentar e argumentar a favor de uma “nova teoria da democracia”. Num segundo momento, analisaremos, por meio de Leite (2005), as implicações desta nova teoria da democracia para a perspectiva da “Avaliação Participativa (AP)”, no sentido de buscar subsídios para uma compreensão mais apurada da participação da comunidade acadêmica na operacionalização da auto-avaliação institucional nas IES, no SINAES.

2.1. Revisitando as relações entre os conceitos de subjetividade, cidadania e emancipação

Santos (2003) apresenta o conceito de subjetividade, cidadania e emancipação associado ao projeto de modernidade, argumentando que este é delineado pelo equilíbrio harmonioso entre o pilar da regulação e da emancipação; sendo o primeiro constituído por três princípios: o princípio do Estado (Hobbes); o princípio do mercado (Locke); e o princípio da comunidade (Rousseau). E o segundo constituído pela articulação entre três dimensões da racionalização e secularização da vida coletiva: a racionalidade moral-prática do direito moderno; a racionalidade cognitivo-ex-perimental da ciência e da técnica modernas.

Caracterizado o projeto de modernidade, defende a idéia de que na medida em que o projeto de modernidade foi se identificando historicamente com o sistema capitalista, o equilíbrio entre os pilares da regulação e da emancipação ficou mais distante e a regulação logrou proeminência em detrimento da emancipação, subscrevendo um processo de desequilíbrio entre e em ambas. O pilar da emancipação acabou por ser colonizado pela racionalidade cognitivo-instrumental da ciência e da técnica inibindo outras formas de racionalidade, provocando o aparecimento de vários fenômenos sociais, entre estes, a assunção do poder da tecnocracia. Esse desequilíbrio se manifestou de maneira não-linear e ainda apresenta-se substantivamente em nosso contexto atual. Argumenta, também, que a teoria política liberal reflete “[...] a expressão mais sofisticada deste desequilíbrio” (SANTOS, 2003, p.237).

Na visão do autor, a teoria política liberal restringe a subjetividade às feições formais da cidadania, ao aspecto civil e político e ao exercício do voto, excluindo-se quaisquer outras maneiras de participação política, marginalizando-se o princípio da comunidade, delineado e defendido por Rousseau, que não vê solução entre a liberdade e autonomia dos cidadãos e o poder de mando do Estado. Acusa, também, a teoria política liberal, na relação política vertical cidadão-Estado, de conceber a sociedade civil de forma monolítica, ocultando possibilidades do processo de participação sob outras condições para além da sugerida. Enfatiza que esse aspecto desvela a tensão entre a subjetividade individual “dos agentes na sociedade civil” e a “subjetividade monumental do Estado” (2003, p.240).

Esta tensão percorre a modernidade e só poderá ser superada através do pilar da emancipação. As imbricações deste embate se materializaram ao longo dos últimos dois séculos, por meio da ampliação da cidadania, do entendimento desta como primeiramente em direitos cívicos; em segundo, como políticos; e em terceiro, como sociais. Este último momento levou a cidadania a colidir diretamente com o princípio do mercado, “conduzindo a uma relação mais equilibrada entre o princípio do Estado e o princípio do mercado [...]” (SANTOS, 2003, p. 244).

Dessa forma, argumenta, a emancipação acabou por legitimar o Estado e aprofundou ainda mais os processos de regulação em detrimento da emancipação, aumentando o “peso burocrático e a vigilância controladora sobre os indivíduos; sujeitando estes mais do que nunca às rotinas da produção e do consumo”, além disso, “transformou a subjetividade num processo de individualização e numeração burocráticas e subordinou [...] às exigências de

uma razão tecnológica que converteu o sujeito em objeto de si próprio” (SANTOS, 2003, p.245).

Na perspectiva apontada, o sistema capitalista percebe de maneira ambígua o processo democrático baseado na representatividade. Neste sentido, defende a idéia de que é preciso apropriar-se de uma nova teoria da emancipação, ampliando e aprofundando, para combater os excessos de regulação da modernidade, por meio de uma nova equação entre a subjetividade, cidadania e a emancipação; pois, no dizer de Santos (2003, p. 277) “nestas condições, a emancipação não é mais que um conjunto de lutas processuais, [...] é o sentido político da processualidade das lutas, [...] [é] o aprofundamento das lutas democráticas em todos os espaços [...] da prática social. Também é a expressão da nova cidadania, desvelada tanto numa relação vertical entre os cidadãos e o Estado quanto numa relação entre os próprios cidadãos, valorizando-se o princípio da comunidade, ou seja, valorizando-se a idéia da autonomia e da solidariedade.

2.2. Desvelando o conceito de “Avaliação Participativa”

Leite (2005) analisando, no campo da teoria e da prática, a participação da comunidade acadêmica em processos de avaliação institucional, buscou verificar as implicações da teoria da democracia participativa para a perspectiva do que denomina de “Avaliação Participativa (AP)”; no sentido de subsidiar na compreensão mais apurada da participação da comunidade acadêmica na operacionalização da auto-avaliação institucional.

A autora destaca que essa perspectiva de avaliação não pode ser compreendida, sem considerar a função da universidade (doravante IES), sob o contexto em que se vive de mudanças e de reformas, dissociada dos conceitos de inovação e qualidade. Considera a avaliação participativa como mecanismo indutor deste processo, uma vez que a relação entre avaliação e democracia, no tocante a avaliação, proporcione o exercício de práticas internas nas IES, que atenda não apenas aos aspectos da qualidade em si, mas aos princípios logrados por uma “nova teoria de democracia”, amparada no pilar da emancipação, ou seja, na relação da comunidade acadêmica com o Estado e entre os próprios pares da comunidade acadêmica.

Para tanto, enfatiza a necessidade de se conhecer diversos formatos de avaliação e suas respectivas concepções, distinguindo-se os enfoques e estabelecendo fronteiras entre a avaliação educacional e/ou da aprendizagem da avaliação institucional referentes às políticas públicas. Busca compreender o conceito de “democracia forte” e de “participação”,

desvelando estes conceitos associados à forma de democracia unitária, direta, que ultrapassa os interesses particulares, focando o exercício coletivo do poder, sob o pilar da emancipação. Por meio desta perspectiva, a avaliação participativa tem haver com a educação do julgamento de indivíduos, ou seja, constitui-se como um processo pedagógico.

Na visão da autora, esse processo pedagógico, conscientização do exercício da aprendizagem, refere-se à inovação evidenciada pelo protagonismo dos sujeitos (docentes, discentes, técnicos, sociedade civil), destacada pela reconfiguração dos saberes, manifestada pela contribuição de conhecimentos que esses sujeitos possam proporcionar ao processo de avaliação; constituindo-se não apenas como destinatários, mas como atores deste processo. Leite (2005) elenca entre as características da avaliação participativa: sensibilização, negociação política, aprendizagem institucional, comunidades interpretativas, autonomia dos coletivos. E coloca como limite dessa perspectiva, o tempo, por não atender às demandas impostas pelos princípios do mercado, a exemplo, a formação dos *rankings*; e entre seus principais desvios, a prática de uma cultura de fragmentação da realidade institucional; a manifestação de radicalismos e autoritarismos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta parte, trataremos dos procedimentos metodológicos que foram adotados na execução do trabalho. A pesquisa utiliza a abordagem qualitativa. Apropriando-se de Lankshear e Knobel (2008), compreendemos a abordagem qualitativa como a que se refere a uma complexa exposição de perspectivas e técnicas. Este tipo de abordagem apresenta a vantagem de si levar em conta, o tipo de instituição/comunidade, a dinâmica das relações no âmbito da IES, os aspectos operacionais da avaliação e o das políticas institucionais, elementos que dificilmente poderão ser analisados numa perspectiva restrita aos aspectos documentais e quantitativos (BOGDAN E BIKLEN, 1994).

Por essa razão, para aprofundar a problematização delineada, dialogando com a produção acadêmica, a partir de um esquema conceitual, tomou-se como categoria analítica a “avaliação institucional”. E para operacionalizar a análise acerca da “avaliação institucional”, em especial o estudo de caso de uma universidade federal, nosso campo de estudo, elegeu-se as seguintes subcategorias, teórico-conceituais: a “avaliação participativa” e a “democracia participativa”. No tocante as categorias empíricas: composição das CPAs nas IFES; localização das CPAs na estrutura das IFES; e a operacionalização da auto-avaliação.

Fundamentada na orientação teórica sistematizada, a pesquisa foi realizada nas etapas descritas a seguir: num primeiro momento, no sentido de apreender os aspectos característicos da participação da comunidade acadêmica, no tocante à avaliação institucional, realizada pelas IES, realizou-se um estudo exploratório, com a utilização da pesquisa bibliográfica. Numa segunda etapa, partindo da idéia de que uma política pública pode ser analisada a partir do enfoque documental, buscou-se caracterizar os valores, diretrizes, e modelos de operacionalização da avaliação institucional no contexto do SINAES, caracterizando as funções atribuídas à auto-avaliação/avaliação interna no sistema de avaliação e no interior das IES.

Na terceira etapa, centrou-se o esforço em definir o campo de estudo, no universo das universidades federais, no Estado de Pernambuco. Para realização desta etapa, elegeram-se como critérios os dados provenientes dos relatórios de auto-avaliação submetidos pela IFES à Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), no sentido de construir perfis institucionais que possibilitassem ser investigados; acrescidos da resposta e disponibilidade das instituições de acordo com os perfis delineados.

O local estabelecido, para a investigação, *in loco*, foi a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Determinado o local, buscaram-se alguns procedimentos importantes para a continuidade da pesquisa – o contato inicial com o coordenador da CPA, o levantamento dos seus integrantes, a coleta dos endereços eletrônicos e materiais que pudessem historiar a trajetória da CPA na IFES. Para esta tarefa foi utilizado os e-mails disponíveis nos sites e os disponibilizados pelo coordenador da CPA contatada. A seleção dos participantes da pesquisa se deu pelo critério da experiência com o processo de auto-avaliação na IFES. Uma vez selecionados os participantes, foram realizadas entrevistas com roteiro semi-estruturado, abordando as categorias empíricas desenvolvidas neste trabalho.

Quanto à análise dos dados coletados através dos instrumentos – entrevista e pesquisa documental – procurou-se analisá-los de maneira descritiva/interpretativa (Silveman, 2009). Na pesquisa realizada, buscou-se tratar os dados coletados através da perspectiva de análise de conteúdo fundamentada em Bardin (1994).

4 REVISÃO DA LITERATURA

No Brasil, problematizações acerca da avaliação da educação superior adquirem maior visibilidade em meados da década de 1990, quando o Estado brasileiro introduziu uma série

de normatizações para organização do Sistema Nacional de Avaliação – SNA. Nesta fase, a comunidade acadêmica se manifesta através da produção científica, abarcando pesquisas e trabalhos publicados em periódicos nacionais de diversas tendências, intensificando o debate em torno da avaliação da educação superior (MOROSINI, 2004). A intensificação deste debate delineou visões opostas que polarizaram a avaliação e a educação superior como “campo político” a “partir da relação que foi sendo estabelecida entre os modelos democrático/emancipatório⁴ e o de regulação⁵” (PEIXOTO, 2004, p. 186).

Morosini (2001) afirma que a continuidade desses debates, pós-meados da década de 1990, correspondeu a uma consolidação do pensamento nacional sobre o tema, caracterizando os modelos desenvolvidos – regulação e democrático. É nesta fase que a temática da avaliação institucional aparece como contraponto ao paradigma regulatório da avaliação, sobretudo, nos trabalhos publicados na Revista Avaliação (PALHARINI, 2004).

Essas publicações, na Revista Avaliação, em livros e em outros periódicos, no período, desvelam possivelmente a tendência de uma concentração em torno da categoria Avaliação (AVA), especialmente nas subcategorias “Formas de Avaliação” e “Avaliação Institucional” (MANCEBO, 2004). Cabe registrar que até meados dos anos de 1990, os trabalhos acerca da temática da avaliação institucional eram escassos (ZANDAVALLI, 2009). Quando observada a temática da avaliação institucional, no contexto da produção científica, deste período até o presente momento, verifica-se a tendência dos trabalhos analisarem as políticas em curso no campo da avaliação ressignificando o entendimento acerca da avaliação institucional. No entanto, estão menos presentes os trabalhos que se apóiam em bases empíricas, ou os que se refira a alguma experiência de avaliação.

Os trabalhos que se apóiam no campo empírico, focando experiências de avaliação em IES, alcançam diversos contextos institucionais, e geralmente expressam a visão daqueles que participaram do processo de avaliação institucional em questão. No entanto, também se encontram trabalhos realizados por pesquisadores externos aos processos de avaliação institucional desenvolvidos nas IES⁶. Ao verificar os resultados desses trabalhos em relação à participação da comunidade acadêmica, no processo de auto-avaliação institucional, encontramos uma série de questões postas pela literatura acadêmica.

⁴ É caracterizado pela produção científica como uma construção de auto-regulação, de qualidade valorativa, de defesa do auto-governo das instituições de educação superior (PEIXOTO, 2004)

⁵ É caracterizado pela racionalidade instrumental, com predominância do aspecto técnico, quantitativista, focalizando o custo-benefício, e os produtos, em detrimento dos processos (DIAS SOBRINHO, 2004).

⁶ São exemplos desses dois tipos de trabalhos: Almeida, Pinto e Piccoli (2007); Polidori, Fonseca, Larrosa (2007); e Oliveira; Amaral *et al* (2008).

Nas pesquisas realizadas, de maneira geral, observou-se nas IES, que em programas de auto-avaliação institucional de caráter mais participativo, indiferentemente do porte da IES, a operacionalização quando não logrou grandes dificuldades, contemplou até a coleta de dados com a participação ativa da sociedade civil em articulação com a comunidade acadêmica; entretanto, onde a auto-avaliação delineou-se com um caráter menos participativo, a operacionalização associou-se com técnicas mais quantitativas, obstruindo a participação ativa da comunidade acadêmica e da sociedade civil.

Esses trabalhos, de maneira geral, defendem que processos avaliativos que são formulados em concomitância com a comunidade acadêmica são robustos por desenvolverem uma inter-relação entre as Comissões Avaliativas (intera e externa) e a Comunidade acadêmica, e quando isso não acontece, ocorre uma retração da participação da comunidade acadêmica, desvelando o fenômeno da não-participação e/ou silenciamento em torno do processo de avaliação da IES. Além disso, desvela de forma implícita, o envolvimento da gestão das IES com o processo de avaliação, transformando-os muitas das vezes, no caso da retração da participação, em respostas formais aos processos avaliativos coordenados pelas agências governamentais, sobretudo, no contexto do SINAES.

Esse fenômeno é descrito por Santos (2003) como a colonização do pilar da emancipação pela racionalidade cognitivo-instrumental da ciência e da técnica inibindo outras formas de racionalidade, restringindo a participação da comunidade nos processos de avaliação aos aspectos formais, delineando a prática avaliativa mais para o modelo de regulação, ou seja, avaliando mais os aspectos gestionários, associando-os aos discursos de antecipação e solução de problemas, em detrimento das discussões em torno das identidades, desvirtuando o aprofundamento das lutas democráticas no espaço institucional. No dizer de Leite (2005), representando um baixo potencial de democracia forte.

Outro aspecto evidenciado é a quebra da participação equilibrada dos representantes da comunidade acadêmica, na perspectiva pluralista, baseada na teoria política liberal, apontada na Lei nº 10.861/04, a representação formal, no processo de auto-avaliação institucional. Em grande parte dos trabalhos analisados, a composição destas comissões, apresenta a tendência de serem massivamente ocupadas pela representação docente, em detrimento dos segmentos da representação estudantil, dos servidores e da sociedade civil. Esse aspecto possivelmente desvele a obstrução da capacidade do processo de auto-avaliação institucional no tocante a sensibilização, negociação política e autonomia dos coletivos no diálogo entre a gestão da IES com comunidade acadêmica e desta com as instâncias

governamentais. A seguir, passaremos a discussão de parte dos dados da pesquisa, *in loco*, realizada na UFPE.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Nesta seção, nos propomos a apresentar e discutir parte dos resultados da pesquisa, realizada até o presente momento. Na atual política de avaliação da educação superior, SINAES, a realização da auto-avaliação institucional, prevê a criação da CPA, constituída com “as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação de informações solicitadas pelo INEP” (BRASIL, 2004, art. 11). Conforme a regulamentação, a CPA é composta pela representação equilibrada dos segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil, cuja “atuação será autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior” (Idem, inciso II do art. 11). A organização, quantidade de membros e dinâmica de funcionamento da CPA, leva em consideração as características da IES, sua experiência em avaliação devendo ser reconhecida como órgão de representação acadêmica e não administrativa (CONAES, 2004), apresentando funções básicas, como a condução dos processos internos de avaliação das IES, e a sistematização dos dados coletados e prestação de informações aos órgãos do sistema – Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP).

O aspecto levantado na Lei, em relação à operacionalidade do trabalho da CPA, na auto-avaliação ficar a cargo da IES, possivelmente possa contribuir para desvirtuar as funções atribuídas a estas pelo SINAES. Um desses desvios é a diferença no tocante à percepção do papel da avaliação institucional pela gestão, pela própria comunidade acadêmica e pelas instâncias governamentais.

Esse aspecto traz a tona o que Leite (2005) denomina de fragilidade no processo de “sensibilização” no interior da IES em relação à auto-avaliação, além disso, desvela possíveis tensões no tocante ao processo de “negociação política”, para estabelecer os trabalhos da CPA, e sugerem interesses distintos em relação à auto-avaliação, por parte da gestão da IES, da comunidade acadêmica e do próprio MEC, ao qual a pesquisa ainda não conseguiu detectar em um grau mais apurado até o presente momento. O que se tem até o momento, é que a dificuldade de se estabelecer adequadamente a localização da CPA/UFPE no organograma institucional, pois em seu processo histórico de operacionalização, esta comissão mudou seu *status* e posição, ora como representação acadêmica, ora como representação administrativa.

Outro aspecto importante analisado foi o processo de composição da CPA. Como resultado da análise, percebeu-se que o processo de composição equilibrada da representação da comunidade acadêmica e da sociedade civil foi comprometido pelo processo de indicação, protagonizado pela gestão da IFES, comprometendo o que Leite (2005) chama de “autonomia dos coletivos”. O processo de indicação acabou, também, por contribuir diretamente na sensibilização da comunidade, esvaziando o potencial de si estabelecer na IFES “comunidades interpretativas”, para si debater não apenas os aspectos gestionários, mas identitários, ou seja, a construção da conscientização da luta por mais espaço de participação política (LEITE, 2005).

Além disso, evidencia, dificuldades de si estabelecer no processo de auto-avaliação não somente mecanismos de “democracia representativa”, mas de “democracia participativa”, expressando o que Santos (2003) denomina de colonização da emancipação pelos “princípios do Estado” em detrimento dos “princípios da comunidade”, uma vez que a preocupação básica reside em prestar contas às agências governamentais e denotar maior eficácia e efetividade institucional, mediante processo regulatório. Também não se pode deixar de mencionar a proeminência da participação da representação docente, em detrimento do esvaziamento da representação discente, dos técnicos e da sociedade civil no processo de auto-avaliação institucional; elemento comum a parte das pesquisas realizadas em outros espaços institucionais, como mencionado na seção anterior.

Entendemos que esse fator vem sendo decisivo na operacionalização da auto-avaliação institucional na UFPE, pois tem inibido o desenvolvimento de outras formas de racionalidade, restringindo a participação da comunidade aos aspectos formais, delineando a prática avaliativa mais para o modelo de regulação, apenas para cumprir formalmente os instrumentos determinados pela CONAES e o INEP. Também, tem desvelado dificuldades de operacionalização da auto-avaliação institucional, provocando a assunção de técnicas mais quantitativas e de formalização dos trabalhos avaliativos, pois, os diagnósticos levantados têm servido muito mais para registro do que para a tomada de decisão institucional, fragmentando a auto-avaliação e comprometendo os princípios de autonomia e solidariedade da comunidade acadêmica.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisamos as perspectivas de participação da comunidade acadêmica, na implementação do processo de auto-avaliação institucional numa IFES, no contexto do SINAES. No estudo em questão, a participação descrita e apresentada na legislação e nos documentos oficiais produzidos tanto ao nível governamental quanto da própria IFES é caracterizada pela perspectiva da democracia representativa, amparada nos moldes da teoria política liberal, acenando o envolvimento dos sujeitos coletivos em prol do desenvolvimento da avaliação institucional, o que representa, na nossa visão, um avanço das lutas em prol da democratização desse espaço, no sentido de contribuir para a consolidação da cultura de avaliação; mas, ainda distante da perspectiva da “democracia participativa”, denominada de “democracia nova”, contribuinte decisivo na luta democrática por novos espaços políticos no contexto institucional capaz de desobstruir o diálogo na própria comunidade e desta com a gestão da IFES e as agências governamentais INEP e CONAES, em prol da construção e consolidação de um modelo de avaliação participativa descrito no trabalho.

Acrescenta-se, também, que a perspectiva de participação, desvelada no presente estudo, não tem representado o envolvimento e o anseio de parte da comunidade acadêmica, no tocante as modificações substantivas na qualidade dos serviços educacionais prestados à sociedade, bem como na lógica de organização das dimensões acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão) e na construção da identidade da IFES, uma vez que a garantia de participação equilibrada dos segmentos da comunidade não tem sido estabelecida; e, além disso, vem sendo obstruída pelo processo de indicação, desvirtuando tanto a perspectiva de participação amparada na “democracia representativa” quanto na possibilidade de construção da “democracia participativa”.

Por essa razão, concluí-se, que as tensões desveladas no espaço institucional acabam por evidenciar dificuldades para a materialização da participação no processo de auto-avaliação, na lógica da organização acadêmica e na construção da identidade da IFES; expressando mais as assunções normativas do economicismo, baseadas nos princípios do mercado e do Estado, do que as perspectivas de participação, baseada nos princípios da comunidade.

7 REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional: regulação e emancipação para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

- ALMEIDA, Tabajara Lucas de; PINTO, Suzi Samá; PICCOLI, Humberto Camargo. Auto-avaliação na fundação universidade federal do Rio Grande: metodologia de avaliação. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v.12, n.3, p. 515-530, set, 2007. Disponível em: <HTTP:// http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: set. 2011.
- BALL, Stephen J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. **Currículo Sem Fronteiras**. v. 1, n. 2, p. xxvii-xliii, 2001. Disponível em: <www.redalyc.org> Acesso em: Jul de 2011.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, Porto Editora, 1994.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Editora Porto, 1994.
- BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras proficiências**. Brasília, 2004.
- BRASIL.MEC. Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004. (Publicada no DOU nº 132, de 17.07.2004, Seção 1, página 12). **Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**, instituído na Lei nº 10.861, de 14 de abril. Brasília, 2004.
- DEMO, P. **Educação e qualidade**. 6. ed. São Paulo: Papirus, 2001.
- DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior**. São Paulo: Cortez, 2003.
- LANKSHEAR, Colin; KNOBEL, Michele. **Pesquisa pedagógica do projeto à implementação**. Porto Alegre: Artemed, 2008.
- LEITE, Denise. Ameaças pós-rankings sobrevivência das CPAs e da auto-avaliação. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v.13, n.3, p.833-840, nov. 2008. Disponível em <www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em jan. 2009.
- LEITE, Denise. **Reformas universitárias: avaliação institucional participativa**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005.
- MANCEBO, Daise; FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. (Org.) **Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente**. São Paulo: Cortez, 2004.
- MORAES, Reginaldo Carmello Corrêa. Globalização e políticas públicas: vida, paixão e morte do Estado nacional. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 25, n.87, p. 309-333, mai/ago. 2004.
- MOROSINI, M. C. Educação superior e transnacionalização: avaliação/qualidade/acreditação. In: MANCEBO, Daise; FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. (Org.) **Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente**. São Paulo: Cortez, 2004.
- MOROSINI, Marília C. Avaliação institucional e a onipresença do Estado: o debate em periódicos científicos nacionais. In: SGUISSARDI, Valdemar & SILVA JR., João dos Reis da (orgs.). **Educação superior: uma análise e perspectivas de pesquisa**. São Paulo: Xamã, 2001, p. 169-185.
- OLIVEIRA, João Ferreira de; AMARAL, Nelson Cardoso. et al. Avaliação institucional: projetos de auto-avaliação e vinculação entre avaliação, gestão e financiamento. In: OLIVEIRA, João Ferreira de; FONSECA, Marília (orgs.). **Avaliação institucional: sinais e práticas**. São Paulo: Xamã, 2008.

PALHARINI, Francisco de Assis. Revista Avaliação: pólo de resistência da avaliação institucional autônoma e democrática. In: MANCEBO, Daise; e FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. (Org.). **Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente.** – São Paulo: Cortez, 2004.

PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda. O debate sobre avaliação da educação superior: regulação ou democratização? In: MANCEBO, Daise; e FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. (Org.). **Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente.** – São Paulo: Cortez, 2004.

POLIDORI, Marlis Morosini; FONSECA, Denise Grosso da; LARROSA, Sara Fernanda Tarter. Avaliação institucional participativa. **Avaliação** v.12, n.2, jun. 2007. p. 333-348. Disponível em < www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em jan. 2011.

RISTOFF, Dilvo I. Avaliação institucional: pensando em princípios. In: DIAS SOBRINHO, José; BALZAN, Newton César (orgs.). **Avaliação institucional: teoria e experiências** – 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

ROTHEN, José Carlos. Ponto e contra ponto na avaliação institucional: análise dos documentos de implementação do SINAES. In: SILVA JR, João dos Reis; OLIVEIRA, João Ferreira de; MANCEBO, Daise (Org.). **Reforma Universitária: dimensões e perspectivas.** Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2006. (Coleção políticas universitárias).

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** 9 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SILVEMAN, David. **Interpretação de dados qualitativos: métodos para análise de entrevistas, textos e interações.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

ZAINKO, Maria Amélia Sabbag. Avaliação da educação superior no Brasil: processo de construção história. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, p. 827-831, nov. 2008. Disponível em <www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em jan. 2009.

ZANDAVALLI, Carla Busato. Avaliação da educação superior no Brasil: os antecedentes históricos do SINAES. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 2, p. 385-438, jul, 2009. Disponível em: <[HTTP:// http://www.scielo.br/scielo.php](http://www.scielo.br/scielo.php)>. Acesso em: set. 2011.